



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010632-51.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Cleuza da Silva Martins**
 Requerido: **REVESTI PISO LTDA ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado com a ré contrato para a prestação de serviços consistentes na colocação de pisos laminados e rodapé em um quarto e sala de sua residência.

Alegou ainda que os serviços foram feitos, mas pouco depois surgiram problemas não sanados pela ré.

Almeja à rescisão do contrato mencionado, reconhecendo-se a inexigibilidade de débito que lhe foi cobrado, bem como ao recebimento de indenização para reparo do problema.

A situação descrita pela autora está satisfatoriamente demonstrada nas fotografias de fls. 07/09.

Elas patenteiam sobretudo a existência de bolhas em parte dos pisos assentados pela ré, o que foi de resto reconhecido por ela própria em contestação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>

Para eximir sua responsabilidade por isso, sustentou a ré que as bolhas advieram da limpeza inadequada levada a cabo pela autora "*provavelmente*" com a utilização de água (fl. 21, quarto parágrafo).

Ora, a exposição da ré deixa claro que ela nem mesmo declinou com precisão de que maneira teria sido feita a propalada limpeza, até porque pelo que se percebe não a teria presenciado.

Como se não bastasse, não amealhou um único indício concreto a esse respeito, tanto que a única testemunha que arrolou (Jeferson Luis Carmignola) declarou que quando estava no local dos fatos viu que a autora promoveu a limpeza do piso corretamente.

Tocava à ré fazer prova nesse sentido, por força do que dispõe o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, mas ela como assinalado não se desincumbiu satisfatoriamente desse ônus.

Conclui-se a partir disso que os vícios trazidos à colação, e em especial as bolhas fotograficamente captadas, devem ser imputados à desídia da ré.

Nem se diga que deveria a autora postular junto à fabricante a observância da respectiva garantia, seja porque pelo que consta o problema derivou da instalação inadequada feita pela ré, seja porque a relação jurídica que a autora estabeleceu foi com a ré, seja finalmente porque a responsabilidade da ré como fornecedora do material é solidária, estando aqui presente.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Considerando a falha da ré na prestação de seus serviços, justifica-se a rescisão do contrato celebrado com a inexigibilidade de valores suplementares por parte da autora, transparecendo o que foi despendido suficiente para a remuneração correspondente.

Outrossim, inexistente comprovação segura de que a substituição somente dos pisos que apresentaram os problemas resolveria a questão, o que não é crível até mesmo pela natural disparidade entre os novos e os antigos.

Preferível nesse contexto o acolhimento do orçamento de fl. 06 para a resolução necessária, inclusive à minguada de impugnação específica que indicasse espelhar valor exorbitante.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e a inexigibilidade do débito cobrado da autora a esse título, bem como para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 2.246,00, acrescida de correção monetária, a partir de outubro de 2014 (época de elaboração do orçamento de fl. 06), e juros de mora, contados da citação.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fl. 10.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**